

FICHE AMENDEMENT

Titre B - Partie II

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 6.º

Déposée par Monsieur Luís Queiró

Qualité: Suppléant

1. Sempre que uma situação internacional exija uma acção operacional por parte da União, o Conselho aprovará as decisões necessárias. A decisão definirá os respectivos objectivos e âmbito, os meios a pôr à disposição da União, assim como as condições relativas à execução da acção e, se necessário, a sua duração.
 2. Se se verificar uma alteração de circunstâncias que tenha um efeito substancial numa questão que seja objecto dessa decisão, o Conselho procederá à revisão dos princípios e objectivos dessa acção e aprovará as decisões necessárias. Enquanto o Conselho não tiver deliberado, mantém-se a decisão sobre a acção da União.
 3. Essas decisões vincularão os Estados-Membros nas suas tomadas de posição e na condução da sua acção.
 4. Qualquer tomada de posição ou acção nacional prevista em execução dessa decisão será comunicada num prazo que permita, se necessário, uma concertação prévia no Conselho. A obrigação de informação prévia não é aplicável às medidas que constituam simples transposição das decisões do Conselho para o plano nacional.
 5. Em caso de necessidade imperiosa decorrente da evolução da situação, e na ausência de decisão do Conselho, os Estados-Membros podem tomar com urgência as medidas que se imponham, tendo em conta os objectivos gerais da decisão relativa à acção da União. Os Estados-Membros que tomem essas medidas informarão imediatamente o Conselho desse facto.
 6. Em caso de dificuldades importantes na execução da decisão, os Estados-Membros submeterão a questão ao Conselho, que sobre ela deliberará **por unanimidade**, procurando encontrar as soluções adequadas. Estas soluções não podem ser contrárias aos objectivos da acção, nem prejudicar a sua eficácia.
-

Explication éventuelle :